



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE COMBATE A DESERTIFICAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Ata da IV Reunião Extraordinária

Campina Grande – 06 de setembro de 2013

Francisco Campello, Secretário Executivo da CNCD dá as boas vindas, faz a conferência dos conselheiros presentes e informa que as deliberações estão prejudicadas em razão da falta de quórum. Informa que os membros foram convidados com prazo suficiente para os devidos encaminhamentos de deslocamentos, dentro do prazo regimental, conforme estabelecem os normativos, e faz a apresentação da pauta (Anexo).

Conselheiro Procópio - sociedade civil RN - solicita inclusão, na pauta, do documento aprovado no II ENED (documento apresentado pelo Sr. Maurício Aroucha em 05/09/13 ao final das atividades do II ENED¹).

Os membros presentes deliberaram a favor da proposta apresentada.

Elessandra Araújo - sociedade civil AL - solicita esclarecimento em relação aos encontros regionais preparatórios ao II ENED.

Francisco Campello faz consulta e informa que a pauta está aprovada, com as solicitações dos conselheiros acatadas.

Segue rodada de apresentações dos membros da Comissão.

Francisco Campello - informa que há oito estados representados e informa da presença do MDA, representado pela Coordenadora do Garantia Safra, Sra. Dione Freitas.

Ricardo Padilha, técnico do DCD, é convidado para contextualizar o II ENED.

Faz retrospectiva do processo de elaboração do PAN - Brasil, indicando que não havia a interlocução necessária na perspectiva da sua implementação, sendo a motivação do I ENED reunir instituições para debates, encaminhamentos e acordos necessários à implementação do PAN – Brasil/política de enfrentamento da desertificação.

Informa dos desdobramentos em relação às políticas públicas decorrentes da mobilização política pautada pelo I ENED, citando ações do MDA e do MMA via fundo clima, BNB, FNMA, Caixa, dentre outros.

Ressalta que a presente atividade não conta com uma participação ativa dos representantes do governo federal, dado os cortes de orçamento e informa do apoio para a realização do II ENED via Fundação Araripe, vencedora do certame promovida pelo IICA/MMA.

Como exemplo de avanços relata os debates ocorridos no FUNDO CLIMA e a manifestação de alguns de seus membros (comitê gestor fundo clima) que questionavam a destinação de quantitativo substancial dos recursos à desertificação, fato que foi rebatido pelo Secretário Executivo do MMA, defendendo a aplicação no semiárido, dada as diferenças regionais.

Diz dos avanços realizados pelo Departamento de Combate à Desertificação em relação ao aumento expressivo de recursos destinados à agenda frente a momentos anteriores, defende o nome do II ENED, pois enfrentar significa resistir, persistir e se manter no semiárido.

Finaliza dizendo que “restamos vitoriosos, mas há necessidade de avançar nas conquistas”.

Francisco Campello – Agradece a manifestação do Sr. Ricardo e informa sobre o Regimento Interno e as análises que estão sendo realizadas pela Consultoria Jurídica do MMA, defendendo que o regimento entre na pauta da próxima reunião ordinária, com encaminhamento de nova versão aos conselheiros.

Em complementação a intervenção anterior, informa da ação do BNDES, enquanto operador do FUNDO CLIMA, e as articulações para aplicação de recursos em favor do PAEs.

Em relação ao I ENED diz que as ações de interlocução com diversos ministérios estão sendo realizadas com o apoio da CONJUR na perspectiva de institucionalizar a agenda e anuncia, por exemplo, diálogos com a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) em relação à matriz energética, bem como com ANA (Agência Nacional de Águas).

Procópio Lucena - sociedade civil RN - em relação ao I ENED diz que a apresentação do Sr. Ricardo Padilha foi importante, mas o 1º ENED é muito mais que isso. Realizou um amplo pacto para o desenvolvimento sustentável, não sendo suficiente para mobilizar os tomadores de decisão. Diz que reconhece a luta do Departamento, as conquistas, mas não há uma governança estabelecida, sendo que o Departamento fica correndo atrás de recursos. Não há política de estado e a Comissão não tem nenhuma expressividade dentro do governo. As limitações são enormes, vide a falta de estrutura da UNCCD, do Departamento, etc.

João Paulo – Consultoria Jurídica MMA (convidado) - se apresenta e relata a disposição da consultoria de participar no apoio à Comissão, cita o apoio aos demais colegiados do MMA e informa que está analisando o Regimento Interno e espera que na próxima reunião se tenha um documento analisado e concluído.

Cita alguns exemplos, tais como o quórum que é muito alto, assim como a constituição de grupos de trabalho e a ampliação do número de suplentes, uma estratégia importante para garantir quórum nas reuniões.

Informa da participação de outros ministérios na CNCD, tais como o da Saúde, que devem ser realizadas via Decreto e não por meio do Regimento Interno. Portanto, requererá alteração do Decreto, mas também avaliando que para tanto há uma quebra na proporcionalidade que deve ser verificada.

Disponibiliza email para diálogos, informando que a proposta de regimento estará pronta para debate na próxima reunião, se comprometendo em disponibilizá-la com antecedência.

Elessandra Araújo – sociedade civil AL - reforça a fala do Procópio sobre o I ENED, dizendo que há necessidade de executar o PAN, cobra a participação do CNCD no acompanhamento e fiscalização, assim como na execução dos PAES. Diz que a sociedade está cansada de planos e mais uma vez cobra execução do PAN.

Francisco Campello – diz que a Comissão também deve fazer uma avaliação sobre sua ação, dizendo que os próprios membros não trabalham na perspectiva do seu fortalecimento, da sua valorização. Convoca os membros para se unirem em prol da comissão.

Faz ressalvas da posição brasileira em relação à UNCCD, que dá espaço para instituições sem o devido diálogo com o ponto focal brasileiro.

Contesta a manifestação do Conselheiro Procópio em relação à governança sobre a agenda de desertificação, reforçando os instrumentos criados, tais como resoluções do Fundo Clima. Cita o Programa de Manejo da Agrobiodiversidade com enfoque agroecológico, desenhado com a participação da ASA, relatando que não foi integrado ao PPA por contra da burocracia, mas as articulações caminharam via programa de mudanças climáticas.

Alberto Marques – sociedade civil Sergipe – diz que a Convenção precisa estabelecer uma agenda mais focada, com prazos e metas, e que a ausência de tais parâmetros prejudica a sua implementação. Cita a lógica produtiva do Plano Safra para o semiárido, questionando que a Comissão não foi chamada para esse debate. Propõe que a Comissão faça uma manifestação (moção ou outro instrumento) sobre a não participação nos debates do Plano para o semiárido.

Eliseu Oliveira - sociedade civil Minas Gerais - trata do fortalecimento da CNCD. Ressalta que falta comunicação mais ativa entre os membros da comissão. Avalia que o chamamento para o II ENED permitiu uma mobilização no estado(Minas Gerais) e diz que isso fortalece a agenda e os debates em relação ao tema e propõem a manutenção de ações similares, estimulando encontros, reflexões e ações. Diz que irá articular encontros no estado.

Sente a ausência do debate sobre a desertificação na ASA Minas, perguntando se isso ocorre em outras regionais da ASA. Sugere que os demais membros da Comissão mobilizem debates em seus estados.

Vera Cardoso – governo estadual Sergipe – aborda a qualidade da representação e o retorno dos membros da Comissão para com seus pares, nos estados, permitindo que as discussões da CNCD se espraiem. Diz que a sociedade civil também precisa demandar participação dos suplentes, quando da ausência dos titulares. Faz análise da responsabilidade dos estados em relação à execução dos PAES, assim como ampliar a mobilização nos municípios, que está sendo retomada em Sergipe.

Cita a importância de relatar no estado o que ocorre na Comissão, assim como os desdobramentos dentro de cada unidade federativa, cobrando participação efetiva.

M^a das Graças de Moura – governo estadual Pernambuco – saudações aos participantes, relatando a execução do PAE em Pernambuco e diz que falta uma maior interlocução entre os PAEs e, principalmente, um relacionamento mais forte com o Ministério do Meio Ambiente.

Ignácio Salcedo – INSA - faz reflexões sobre o mandato da CNCD – diz, por exemplo, sobre opiniões e estudos sobre a missão do INSA, sendo que há um recorte, um mandato para o INSA. Avalia que a Comissão passa por um problema de mandato, de missão. Diz que na reunião anterior da CNCD se fazia o debate sobre água, e a desertificação? Faz uma crítica aos termos usados, como, por exemplo, sustentabilidade, degradação ambiental, outros, como exemplo da falta de foco, linguagem difusa, defendendo que se foque na degradação do solo, principal causa da desertificação - assim como no desmatamento – é disso que estamos falando!! E a carga animal sobre o bioma? Precisamos discutir mais fortemente isto, a partir de um mandato claro. Sermos mais claros entre nós mesmos!!

Francisco Campello - propõe encaminhamentos decorrentes das manifestações:

1. Apoiar e fortalecer encontros regionais;
2. Transformar encaminhamentos em resoluções da Comissão, para orientar os trabalhos e fortalecer sua atuação;
3. Fortalecer a Secretaria Executiva da CNCD na perspectiva do planejamento e da comunicação;
4. Debater na próxima reunião a Carta política do II ENED;
5. Debater e aprovar o Regimento Interno na próxima reunião.

Esclarece que o Departamento está buscando, na nova fase que se inicia fortalecer os trabalhos da Comissão e diz que há resultados, exemplo é a participação da CONJUR.

Enaltece a responsabilidade do INSA enquanto correspondente científico, defendendo que a Comissão deveria buscar investir nas ações de licenciamento ambiental, dialogando com os OEMAs, na perspectiva de debater o tema, pautar a degradação ambiental que pode ser decorrente desses processos, assim como dentro do próprio Ministério do Meio Ambiente.

Ignácio Salcedo – INSA – ressalta a necessidade de ser mais específicos nos debates, recomendações e deliberações.

Marcelo Ribeiro – governo estadual Alagoas – pauta a aprovação da PEC Caatinga e Cerrado. Fala do licenciamento ambiental e das debilidades no estado, solicitando a ampliação do diálogo institucional com o CONAMA sobre licenciamento e outros temas, defendendo, inclusive, uma Lei para a Caatinga, dizendo que é a única forma de defender os biomas da degradação.

Eliseu Oliveira – sociedade civil Minas Gerais – diz que tem o sentimento de que a CNCD só existe para cumprir protocolos internacionais, para prestar contas. Atualizar o PAN pode fortalecer a comissão!! Diz que as pequenas iniciativas de desenvolvimento sustentável são importantes, mas o agronegócio vem com muito mais força, uma luta desigual. Assim há instrumentos, leis, que a Comissão pode se apoiar, buscar, avaliar, inclusive se fortalecer a partir do trabalho dos membros da comissão dentro das suas instituições. Analisa dizendo que a Comissão está esvaziada e é necessário reverter essa tendência. Avalia que as reuniões devem ser realizadas em Brasília, pois facilita a participação, mais central.

Elessandra Araújo – sociedade civil Alagoas – faz contraponto e diz que é importante alternar os locais de reunião, incluindo o nordeste, pois o tema se desenvolve nessa região.

Francisco Campello – Informe sobre a COP 11

Informa das articulações na eleição do Secretariado da Convenção, dizendo que o Brasil apoiará a eleição de uma colombiana. Repassa a agenda da COP 11 informando da realização de side events, da importância do II ENED dentro da COP, vez que as experiências serão levadas como exemplos exitosos, apresentando as ações realizadas pelas organizações sociais.

Na COP 11 e na UNCCD os debates estão bastante centrados nas boas práticas, sendo que o mecanismo global, que gasta mais de 70% em ações administrativas, em detrimento de ações finalísticas, deve apoiar os países na implementação da Convenção. Informa que repassará o documento brasileiro aos representantes da Comissão para análise e contribuições.

Em relação à participação dos Pontos focais técnico, político e científico, o MMA está buscando viabilizar. Os pontos focais nos estados estão avaliando a participação, com intermediação do MMA.

Marcelo Ribeiro – governo estadual Alagoas - quantos iniciativas (boas práticas) pretende levar, quais os critérios e como isso será feito?

Francisco Campello - não vamos eliminar nenhuma experiência e sim valorizar todas que aqui (II ENED) formam apresentadas, a partir de uma sistematização que está sendo realizada dentro dos temas apontados no documento de orientação aos encontros regionais. Estaremos fortalecendo a rede de desertificação, que será pautada na COP, uma vez que é necessário fortalecer o papel de articulação entre as políticas. Informa que será pautada também a participação de redes de articulação, tais como a ASA.

Procópio Lucena – sociedade civil - solicita a definição sobre a data da próxima reunião, propondo a seguinte pauta, reforçando o encaminhamento sobre a pauta:

- deliberação sobre o regimento interno;
- informes sobre a COP 11;
- organograma da CNCD;
- discussão sobre os encaminhamentos do documento aprovado no II ENED.

Faz diversas reflexões críticas sobre a atuação da Comissão, assim como reconhece que o tema desertificação não é debatido na ASA, pondera sobre a pertinência de realizar reuniões da CNCD nos estados, faz menção ao debate internacional sobre o tema desertificação e a posição brasileira em relação à degradação de terras, com interesses econômicos em jogo.

Marcelo Ribeiro – governo estadual Alagoas - solicita pautar os esclarecimentos apresentados por Elessandra – sociedade civil AL - sobre os encontros regionais preparatórios ao II ENED.

Francisco Campello - informa que as orientações foram repassadas para que os estados realizassem encontros preparatórios ao II ENED e que efetivamente foram encaminhados por Sergipe, que fez uma ação estruturada dentro da Conferência Estadual de Meio Ambiente, assim como Alagoas realizou um esforço nesse sentido. Os encontros regionais desenvolvidos pelas organizações sociais, tais como em Xingó, Araripe, norte de Minas Gerais e outros foram no sentido

de complementar as articulações dos estados. Relata das dificuldades operacionais na realização do II ENED.

Faz também análise do processo de elaboração dos planos estaduais de combate à desertificação, com ações organizados/realizados por diversos colaboradores, envolvendo técnicos, parlamentares e outros apoiadores, sendo que tais pontos focais não participam da Comissão, perdendo esse acúmulo.

Dione Freitas – MDA – entrega cópias das deliberações da conferência do semiárido, preparatório à Conferência Nacional sobre o Desenvolvimento Rural Sustentável, apontando que há diversas sinergias e pontos em comum, solicitando ainda análise do projeto de lei n 5.740 que trata da agência de Ater, ressaltando que há forte disposição em fazer esse debate junto à CNCD, assim como sobre o Plano Safra para o seminário, dizendo, inclusive, da importância de realizar uma aproximação com outras instâncias de governo, tais como aquelas que acompanham as ações destinadas a seca, que agregam iniciativas estruturantes e emergenciais.

Intervalo Almoço

Francisco Campello – faz resgate dos encaminhamentos do período da manhã, informando que a Secretaria Executiva da Comissão Nacional organizará os pontos discutidos para deliberação na próxima reunião da CNCD.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - relata o encontro regional realizado no Seridó, dizendo tratar-se de organização da ASA microrregional do RN, apoiada pela Fundação Araripe com o valor de R\$ 2 mil reais, com todos os procedimentos licitatórios realizados, possibilitando reunir aproximadamente 100 pessoas durante 1 dia.

Vera Cardoso – governo estadual Sergipe - informa que em Sergipe as atividades foram apoiadas pela prefeitura municipal.

Irenaldo Araújo – sociedade civil Paraíba - diz que na Paraíba a discussão ficou restrita aos territórios Cariri e Borborema, não havendo participação das demais regiões.

Francisco Campello – apresenta informações sobre o relatório elaborado pelo MMA em relação à COP 11, dizendo que há um documento formal, conforme critérios da Convenção e outro mais leve, mais didático, que será apresentado à CNCD.

Segue a apresentação do documento.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - pede esclarecimentos sobre o Projeto Econormas e esclarecimentos sobre não contemplar o Seridó.

Marcelo Ribeiro – governo estadual Alagoas - pede esclarecimentos sobre os objetivos do Econormas.

Francisco Campello - explica que a ação é composta por iniciativas destinadas a rotulagem de embalagens, desertificação e outras. Em relação ao componente desertificação, o IICA é o operador dos recursos, tendo em vista sua capacidade técnica, e as atividades estão sendo realizadas em Irauçuba, considerando que a municipalidade conta com uma lei municipal e isso influenciou na decisão, dada a institucionalidade da política no município.

Retoma a apresentação do Relatório da COP 11. Ao final informa que o documento será encaminhado a todos os membros da Comissão.

Luciana Valadares – técnica DCD/MMA – em relação à pauta da reunião, em especial sobre a criação dos grupos de trabalho na reunião anterior da CNCD, esclarece que não foi possível a publicação no D.O.U. por conta da inexistência das câmaras técnicas e propõe que a apresentação das resoluções e debates sejam realizados na próxima reunião ordinária.

Procópio Lucena – sociedade civil RN - concorda com a proposta de encaminhamento, manifestação acompanhada pelos demais presentes.

Com a finalização dos debates, encerra-se a reunião extraordinária da CNCD.

Outros Encaminhamentos

- 1 - Encaminhar documento aprovado no II ENED para todos os membros da Comissão;
- 2 - Reunir membros da CNCD, em Brasília, por ocasião da próxima reunião ordinária, para ação junto ao Congresso Nacional para a mobilização em favor da aprovação da política de CD.
- 3 - Local e data da próxima reunião - Brasília/DF – 23 e 24 outubro de 2013.